



Texto para Discussão 022 | 2022

Discussion Paper 022 | 2022

Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil

João Saboia

Professor Emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

João Hallak Neto

Membro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON-RJ).

This paper can be downloaded without charge from
<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil¹

Agosto, 2022

João Saboia

Professor Emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

João Hallak Neto

Membro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON-RJ).

¹ Os autores agradecem a François Roubaud por sua participação em Saboia, Hallak, Roubaud (2022) que deu origem ao atual artigo

Resumo

Este artigo recupera o índice de miséria criado por Arthur Okun, incorporando novas variáveis disponíveis no país. É desenvolvida uma metodologia para o cálculo do novo índice. Os resultados encontrados com o índice para o período 2012/2021 mostram grande flutuação. Após queda inicial verificada até 2014, o índice cresceu até 2016 e seguiu em tendência de alta moderada em 2017/2019. Após ter apresentado leve redução em 2020, o índice atingiu o valor mais elevado do período em 2021, apontando para o aumento das dificuldades enfrentadas pela população no final do período.

Abstract

This paper recovers the poverty index created by Arthur Okun, including new variables available in the country. A methodology for the new index is developed. The results found with the index for the period 2012/2021 show great fluctuation. After an initial drop until 2014, the index grew up to 2016, increasing slightly in 2017/2019. After showing a small reduction in 2020, there was a strong increase, reaching the highest value of the period in 2021, pointing to the difficulties faced by the population at the end of the period.

Palavras-chave: Índice de miséria; pobreza; desigualdade; mercado de trabalho; inflação.

Keywords: Misery index; poverty; inequality; labor market; inflation.

Área JEL: I31; I32; J21; J64

Introdução

O índice de miséria foi originalmente criado pelo economista norte americano Arthur Okun (1928-1980) durante o governo norte-americano de Lyndon Johnson na década de 1960, a fim de ser utilizado como uma das ferramentas de monitoramento da economia dos EUA.² A concepção do índice partiu da ideia de que inflação e desemprego estariam inversamente correlacionados conforme sugerido pela curva de Phillips³. Em outras palavras, em uma conjuntura recessiva, o desemprego tenderia a crescer ao mesmo tempo em que a inflação diminuiria, enquanto em uma conjuntura expansiva o desemprego tenderia a cair e a inflação a aumentar. O índice é calculado simplesmente pela soma da taxa de inflação e de desemprego. Assim, quanto maior seu valor, pior seria a situação da população de um determinado país.

Para se ter uma ideia de seu valor e sua variação ao longo do tempo citamos como exemplo o caso do Brasil em 2014 e atualmente. Em 2014, a inflação e o desemprego estavam, em média, próximos a 6% cada um, em termos anuais, o que fornece um índice de miséria da ordem de 12%. Já no primeiro semestre de 2022, a inflação estava em torno de 12% e o desemprego em 10%, totalizando um índice de miséria de 22%, ou seja, quase o dobro do valor de 2014, apontando para uma situação bem pior do que a anterior.

Se por um lado, a simplicidade é o grande atrativo do índice de miséria, por outro deve ser reconhecido que desemprego e inflação representam apenas uma parte dos itens que podem ser associados à miséria ou à falta de bem-estar da população. De fato, ao final dos anos 1990, Robert Barro apresentou o que foi chamado por ele de "Índice de Miséria de Barro"⁴, que incorporaria ao índice original a diferença entre as taxas anuais de juros básicos, com sinal positivo, e de crescimento do PIB, com sinal negativo, ou seja,

² Okun (1962) e Nessen (2008).

³ A curva de Phillips, representa uma relação inversa entre inflação e desemprego no curto prazo. Em suma, a teoria desenvolvida pelo economista neozelandês William Phillips indica que uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação, e uma maior taxa de desemprego a uma menor inflação (Boston, 2008).

⁴ Barro, R. (1999).

podendo reduzir seu valor final. A hipótese levantada pelo autor é que juros mais altos elevariam a “miséria”, enquanto crescimento econômico maior atuaria reduzindo-a.

Uma questão metodológica que permeia tanto o índice original, quanto a alternativa proposta, é em relação às distintas escalas que podem alcançar os valores das variáveis propostas, confundindo a interpretação do resultado. Por exemplo, a taxa de desemprego, por ser definida como a proporção de desempregados sobre a força de trabalho, em tese, não pode variar fora de um intervalo com limites entre 0 e 100%. Já a inflação, medida pela taxa de variação de preços de uma determinada cesta de consumo, não possui limites, sendo possível alcançar valores negativos ou superiores à centena em determinados anos ou locais. Se, por exemplo, em um ano a inflação foi 200% (muito alta) e a taxa de desemprego 5% (baixa), totalizando uma soma equivalente a 205%; e, em outro ano, a taxa de inflação foi 35% (alta) e o desemprego 25% (muito alto), somando 60%, os resultados alcançados pelo índice de miséria de Okun serão muito díspares, confundindo a avaliação comparativa da miséria nos dois momentos. Da mesma forma, em tempos de deflação, o resultado pode não ser verdadeiramente representativo das carências reais da população, uma vez que, em geral, a deflação não garante necessariamente bem-estar. Para se tomar como exemplo, durante a Grande Depressão, nos EUA, os preços caíram 9%, em 1931, e depois outros 10%, em 1932 e a economia atravessou a maior crise de sua história.

Neste artigo procuramos complementar o índice de miséria original em busca de um retrato um pouco mais amplo da realidade do país mantendo, ao mesmo tempo, sua simplicidade. Propomos a utilização de cinco dimensões em seu cálculo: inflação, trabalho, pobreza, distribuição de renda e endividamento excessivo. Também é proposta uma normalização da escala do índice, de forma a superar o problema de resultados muito díspares entre as variáveis escolhidas.

Os resultados encontrados a partir do índice proposto apontaram para queda até 2014, crescimento nos dois anos seguintes e leve redução e estabilização entre 2017 e 2019. Em 2020 houve forte aumento, que prosseguiu em 2021, último ano da série, quando o índice de miséria atingiu o valor mais elevado.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na próxima, são discutidas as dimensões e os dados utilizados. Em seguida é apresentada a metodologia para a montagem do novo índice de miséria. A discussão dos resultados encontrados faz parte da quarta seção. Finalmente, o texto é encerrado com as principais conclusões.

1 Dimensões e dados

A inflação, presente no índice original, é uma dimensão fundamental, mantida na nova versão do índice a partir da utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A escolha do INPC ocorre por se tratar de um índice mais apropriado para a evolução do custo de vida da população mais pobre do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na medida em que se aproxima da estrutura de ponderação dos gastos das famílias com rendimentos entre 1 e 5 salários-mínimos (SM).

A dimensão trabalho, que também consta no índice original, tem a variável taxa de desemprego (ou taxa de desocupação) substituída pela taxa composta de subutilização da força de trabalho. Esta medida foi mais recentemente apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma medida mais completa para se mensurar os desequilíbrios no mercado de trabalho quanto ao aproveitamento da mão de obra.⁵ O indicador inclui, além dos desocupados, os que trabalham menos de 40 horas semanais, gostariam e estavam disponíveis para trabalhar mais, e a força de trabalho potencial (desalentada ou não). Trata-se de uma medida que fornece uma informação mais ampla sobre as dificuldades no mercado de trabalho no Brasil do que a taxa de desocupação.

A dimensão da pobreza foi incorporada ao índice, sem, contudo, utilizar-se de linhas de pobreza, o que introduziria algumas dificuldades. A principal delas seria a definição do valor da linha a ser utilizada, ou definir onde fazer o corte entre pobres e não pobres. Foi utilizada uma estratégia distinta para incorporar a dimensão da pobreza no índice, sendo fixado um percentual (20%) de pessoas mais pobres e verificada a evolução de seu

⁵ ILO (2013).

rendimento médio domiciliar *per capita*, considerando todas as fontes de rendimento – trabalho, aposentadoria, pensão, benefícios de programas sociais e outros).

A quarta dimensão incorporada ao índice foi a da desigualdade de rendimentos. Para esta dimensão, foram testados dois indicadores, o índice de Gini e a razão de rendimentos médios entre os quintos superior e inferior da distribuição (20/20), ou seja, dos 20% de domicílios de maior renda (“mais ricos”) e os 20% de menor renda (“mais pobres”). Tendo em vista que o índice de Gini é pouco sensível a variações nos rendimentos dos mais pobres, optou-se por utilizar a razão 20/20 na composição do índice de miséria.

Finalmente, foi ainda considerada a dimensão do endividamento excessivo, sendo incluída uma medida do percentual de inadimplência da população obtida a partir de informações da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio (PEIC/CNC) para famílias com rendimento médio abaixo de 10 SM, que é o recorte inferior disponível pela pesquisa. Tal índice está associado, principalmente, às dívidas em atraso com cartão de crédito, cheque especial e crediário. Os altos valores encontrados para a inadimplência deixam clara a situação precária de importante parcela da população brasileira.

Note-se que outras dimensões ou variáveis poderiam ser incorporadas ao índice como o próprio PIB, a taxa de juros, a informalidade, a contribuição previdenciária etc. Há sempre um nível de arbitrariedade em escolhas dessa natureza. De qualquer forma, a inclusão de um número elevado de dimensões ou variáveis, além de prejudicar a interpretação do índice, acaba não acrescentando muita informação, na medida em que com as correlações eventualmente existentes entre elas, a introdução de novas informações acaba acrescentando pouco ao índice.

Foram utilizados dados médios anuais para as cinco variáveis escolhidas para representar cada dimensão (Quadro 1). No caso da taxa de subutilização da força de trabalho, do rendimento dos mais pobres e da desigualdade de rendimentos a fonte foi a PNAD Contínua desde 2012, quando tais dados começaram a ser divulgados.

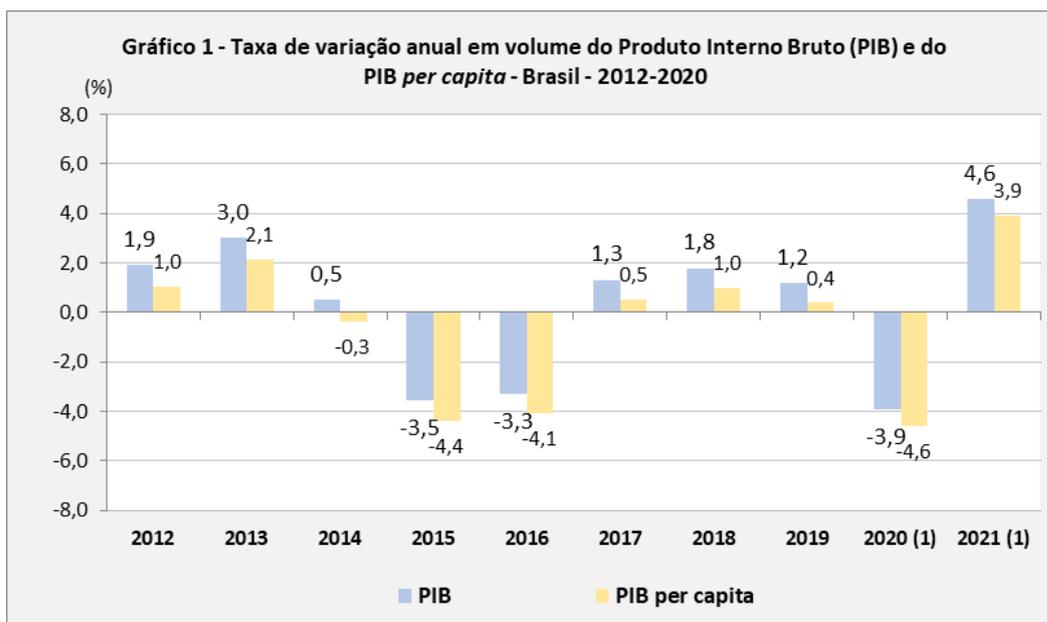
Quadro 1 – Dimensões, variáveis e base de dados que compõem a proposta do índice de miséria

Dimensão	Variável	Fonte
1 Inflação	Taxa de variação do INPC	IBGE-SNPC
2 Trabalho	Taxa composta de subutilização	IBGE-Pnad Contínua
3 Renda	RDPC do 1º quinto da distribuição	IBGE-Pnad Contínua
4 Distribuição de renda	Razão 20+/20-	IBGE-Pnad Contínua
5 Endividamento excessivo	Taxa de Inadimplência das famílias que recebem até 10 SM	CNC-PEIC

Fonte: Elaboração dos autores.

Desde o início da década passada, a economia passou por várias etapas que apresentaram alternadamente crescimento, estagnação e recessão. A partir de 2012, durante o governo Dilma, a economia brasileira iniciou um período de desaceleração da atividade econômica que culminou na crise de 2015/2016, quando houve forte queda do PIB e do PIB *per capita*. Assumindo em meados de 2016, com o processo de *impeachment*, os dois anos e meio de Temer foram marcados por um período de baixo crescimento que se manteve até o primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019. A Pandemia de Covid-19 atingiu o País a partir de março de 2020 trazendo resultados desastrosos para a saúde da população e para a economia como um todo. Houve intensa retração em 2020 e compensação posterior, em 2021. No período 2012-2021, as taxas acumuladas das variações do PIB (3,3%) e do PIB *per capita* (-4,7%) alcançaram percentuais irrisórios, e até mesmo negativo no caso do PIB *per capita*, no período de dez anos. Já considerando o primeiro ano recessivo da década, entre 2015 e 2021, os resultados foram de -2,1% para o PIB e -7,3% para o PIB *per capita* (Gráfico 1). As projeções para os anos 2022 e 2023 indicam que o país ainda contará com crescimento insuficiente para efetuar uma parcial retomada.⁶

⁶ Segundo a última previsão do FMI, as projeções de crescimento do PIB para o Brasil estão em 1,7% e 1,1%, em 2022 e 2023, respectivamente (Agência, 2022).



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais.

Nota: (1) Dados preliminares de IBGE, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

A inflação (INPC) do período, por sua vez, apresentou altos e baixos. Flutuou nos três primeiros anos em torno de 6% anuais, saltando de 6,2% em 2014, para 11,3% em 2015. O reduzido crescimento dos anos seguintes coincidiu com uma inflação mais baixa, que atingiu o menor valor da década em 2017 (2,1%). Ela iniciou tendência de crescimento no primeiro ano da Pandemia de Covid-19 (5,5%) e atingiu 10,2% em 2021 (Tabela 1).

A taxa de subutilização da força de trabalho acompanhou inversamente os movimentos da economia, caindo entre 2012 e 2014 e subindo na crise do biênio seguinte. O pequeno crescimento econômico de 2017 a 2019 não foi suficiente para reduzir a subutilização da mão de obra, que, ao contrário, passou para patamar em torno de 24% no triênio. Novo salto ocorreu em 2020 quando alcançou 28%, sendo este o valor mais elevado do período, estando claramente associado ao início da pandemia. Em 2021, a taxa de subutilização permaneceu praticamente no mesmo nível do ano anterior, mantendo o patamar elevado da série (Tabela 1).

A pobreza, medida pelo rendimento real médio (de todas as fontes) per capita dos domicílios mais pobres, apresentou resultados específicos. Os maiores níveis de rendimento da base da população foram encontrados durante o governo Dilma, mais propriamente no triênio 2013/2015. Nesse período, a política do salário-mínimo (SM) associava seus reajustes à correção inflacionária e ao crescimento econômico de dois anos

anteriores, quando a economia vinha apresentando taxas positivas. Nos anos seguintes, com a recessão, a estagnação econômica e a extinção da política de reajuste do SM tal como anteriormente definida, o rendimento dos mais pobres passou a registrar queda até 2019.⁷ Em 2020, com a disseminação da Pandemia no país, o colapso do mercado de trabalho e a implementação do Auxílio Emergencial (AE) houve importante recuperação da renda dos mais pobres. Em 2021, entretanto, a pobreza voltou a crescer, provavelmente por conta dos meses em que o AE foi retirado e, posteriormente, reconduzido com valor equivalente a cerca da metade do inicial. Somando-se esta redução ao ainda fraco desempenho do mercado de trabalho, o rendimento real dos mais pobres foi o menor de toda a década (Tabela 1).

A desigualdade de rendimentos também acompanhou de certa forma o movimento da economia, melhorando até 2014, piorando em 2015/2016 e permanecendo elevada até 2019. A redução da pobreza em 2020 teve como consequência imediata a melhoria da distribuição de renda naquele ano, retornando ao padrão de 2014. Em 2021, entretanto, ela voltou a piorar, atingindo o maior nível do período analisado. Finalmente, a taxa de inadimplência se mostrou bastante elevada em todos os anos, variando de 21,7%, em 2014, a 28,7%, em 2017 e 2020. Desde 2016 a inadimplência situa-se em nível ainda mais elevado que no período anterior (Tabela 1).

⁷ Cumpre lembrar que o SM é também referência para os benefícios de programas sociais e para o piso das aposentadorias do INSS.

Tabela 1 – Resultados dos indicadores selecionados para cada dimensão da proposta de Índice de Miséria - 2012/2021 (médias anuais)

Indicador / Ano	INPC (%)	Taxa de subutilização (%)	Renda 20%- (R\$/mês)	Razão 20+/20-	Taxa de inadimplência (%)
2012	6,2	18,4	224,50	18,4	23,1
2013	5,6	16,4	240,50	17,6	23,6
2014	6,2	15,1	258,00	16,7	21,7
2015	11,3	17,4	248,00	16,8	23,4
2016	6,6	21,0	224,00	18,7	27,1
2017	2,1	23,9	217,50	19,4	28,7
2018	3,4	24,4	218,00	20,2	27,0
2019	4,5	24,2	219,50	20,2	26,9
2020	5,5	28,2	244,50	16,9	28,7
2021	10,2	27,2	187,50	21,1	28,2

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE-SNPC, IBGE-Pnad Contínua e CNC-PEIC.

Nota: Rendimento médio em reais de 2021.

Para verificar a consistência das variáveis selecionadas para o índice, foi construída a matriz de correlações entre elas. Em geral, os sinais das correlações são coerentes com o que se poderia esperar. A taxa de subutilização da força de trabalho se correlaciona positivamente com a desigualdade e a taxa de inadimplência, e negativamente com o rendimento dos mais pobres. A renda dos mais pobres se correlaciona negativamente com a desigualdade e a taxa de inadimplência, enquanto a desigualdade se correlaciona positivamente com a taxa de inadimplência. A maior surpresa fica por conta da inflação que não apresenta correlação significativa com as demais variáveis (Tabela 2).

Tabela 2 - Matriz de correlações entre as variáveis selecionadas para a proposta do Índice de Miséria

	INPC (%)	Taxa de subutilização (%)	Renda 20%- (R\$/mês)	Razão 20+/20-	Taxa de inadimplência (%)
INPC (%)	1,000				
Taxa de subutilização (%)	-0,195	1,000			
Renda 20%- (R\$/mês)	0,012	-0,621	1,000		
Razão 20+/20-	-0,198	0,590	-0,940	1,000	
Taxa de inadimplência (%)	-0,308	0,933	-0,623	0,589	1,000

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Correlações significativas ao nível de 5% destacadas em **negrito**.

A matriz de correlações apresenta valores muito elevados para as correlações entre a taxa de subutilização e a taxa de inadimplência (0,933), e entre o rendimento dos mais pobres e a desigualdade (-0,940). Isso significa que não haveria grande perda de informação se utilizarmos um índice de miséria com apenas três variáveis. Assim, a taxa de subutilização representaria a taxa de inadimplência, enquanto o rendimento dos mais pobres poderia representar o índice de desigualdade. Em outras palavras, seria possível, por exemplo, produzir uma versão reduzida do índice de miséria com a taxa de inflação, a taxa de subutilização da força de trabalho e o nível de rendimento dos mais pobres. Ver dados do índice de miséria com três variáveis no anexo.

2 Metodologia

Os indicadores utilizados na proposta aqui apresentada para o novo índice de miséria possuem características bastante distintas uns dos outros. Dois deles são medidos em percentuais que representam proporções, como as taxas de subutilização (sobre a força de trabalho) e taxa de inadimplência (sobre um conjunto de famílias). O INPC, também medido em percentual, é representado por uma taxa de variação e o rendimento médio do quinto inferior da distribuição populacional é medido em reais de 2021. Por sua vez, a desigualdade é adimensional sendo uma simples relação entre os rendimentos médios dos quintos superior e inferior. Portanto, como salientado na introdução, não é aconselhável, ou até mesmo possível, utilizar a metodologia original do índice representada pela soma de dois resultados percentuais. Ademais, embora na maior parte dos indicadores as elevações representem uma situação pior (inflação, subutilização, desigualdade e inadimplência), no caso do rendimento, ao contrário, seu crescimento implica em tendência de melhoria das condições de vida.

Diante dessas questões foi necessário encontrar uma forma de juntar os indicadores de forma a fazerem sentido enquanto um índice de miséria que considere múltiplas dimensões. A solução apresentada foi transformar os resultados dos indicadores em uma escala normalizada, de forma que o aumento de um indicador específico represente, tudo o mais constante, um aumento do índice de miséria, ou seja, uma piora na situação encontrada. Assim, a proposta foi transformar cada indicador (ou variável) em um índice

que varie entre zero e um, de tal forma que um valor maior signifique uma situação mais desfavorável e vice-versa, tomando como inspiração a metodologia desenvolvida para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.⁸

Sendo assim, para aqueles indicadores/variáveis cujo crescimento significa piora (inflação, subutilização, desigualdade e inadimplência), o índice da dimensão (ID) é calculado por:

$$\mathbf{ID = (V - V_{mim}) / (V_{max} - V_{mim})} \quad \mathbf{(1)}$$

Para a estatística cujo crescimento significa melhora (rendimento dos mais pobres), o índice ID é calculado por:

$$\mathbf{ID = (V - V_{max}) / (V_{mim} - V_{max})} \quad \mathbf{(2)}$$

Onde:

V é o valor da variável escolhida em cada ano, V_{max} seu valor máximo e V_{mim} seu valor mínimo observado no período.

Em suma, a partir dos resultados anuais de cada indicador, e de seus valores máximos e mínimos no período, foram calculados os respectivos índices de cada dimensão utilizando-se as fórmulas (1) ou (2), de acordo com seu sentido de variação. Finalmente, o Índice de Miséria (IM) foi obtido pela média aritmética simples de cada índice individual (ID_{ii}):

$$\mathbf{IM = (ID_1 + ID_2 + ID_3 + ID_4 + ID_5) / 5} \quad \mathbf{(3)}$$

⁸ Saboia e Kubrusly (2011) propôs e utilizou metodologia similar para analisar o mercado de trabalho com um conjunto de variáveis da antiga Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE na década de noventa.

3 Principais Resultados

Seguindo a metodologia descrita na seção anterior, a Tabela 3 apresenta os resultados anuais dos cálculos para cada dimensão que compõe o índice de miséria: inflação, subutilização, rendimento dos mais pobres, relação entre rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres e inadimplência.⁹ Nota-se que a deterioração dos resultados individuais de cada dimensão ocorre mais enfaticamente a partir de 2016 (resultados destacados em vermelho). Fica evidente também que, enquanto em 2014 quatro dimensões apontaram o valor mínimo (zero), em 2021, duas delas indicaram o valor máximo (um) e outras três, valores muito altos, em torno de 0,900.

Tabela 3 – Resultados anuais do Índice de Miséria e dimensões componentes

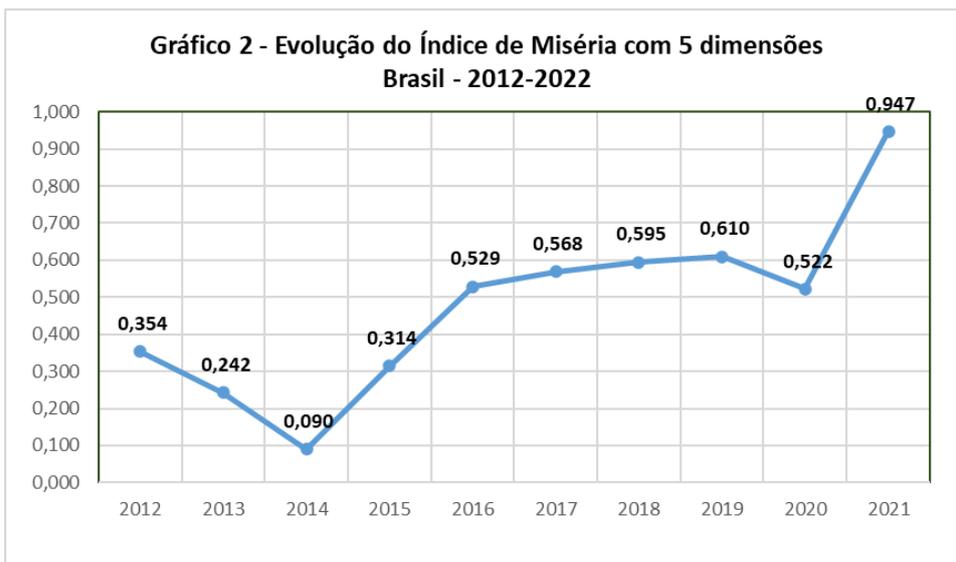
Dimensão / Ano	Inflação	Trabalho	Renda	Distribuição de renda	Endividamento excessivo	Índice de Miséria
2012	0,448	0,252	0,475	0,391	0,202	0,354
2013	0,379	0,102	0,248	0,204	0,277	0,242
2014	0,452	0,000	0,000	0,000	0,000	0,090
2015	1,000	0,175	0,142	0,010	0,242	0,314
2016	0,490	0,450	0,482	0,455	0,767	0,529
2017	0,000	0,668	0,574	0,602	0,997	0,568
2018	0,148	0,706	0,567	0,793	0,760	0,595
2019	0,262	0,696	0,546	0,801	0,743	0,610
2020	0,367	1,000	0,191	0,050	1,000	0,522
2021	0,878	0,924	1,000	1,000	0,931	0,947

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Resultados em verde < 0,500; resultados em vermelho > 0,500.

O Gráfico 2, a seguir, mostra a evolução do índice de miséria utilizando a média dos cinco indicadores que representam as dimensões escolhidas entre os anos 2012 e 2021. Conforme observado há uma forte queda do índice durante o primeiro governo Dilma, atingindo o valor mínimo do período (0,090) em 2014. A partir de 2015 o índice passa a subir, chegando ao valor máximo (0,610), até então, em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro. Em 2020 o índice de miséria recuou um pouco, voltando ao nível de 2016. Em 2021, entretanto, disparou e atingiu o maior valor de todo o período (0,947).

⁹ Saboia, Hallak e Roubaud (2022) apresenta resultados semelhantes aos aqui encontrados utilizando dados trimestrais e quatro variáveis.



Fonte: Elaboração dos autores.

Em virtude das dimensões que compõem o índice de miséria, seu comportamento tende a estar associado ao comportamento geral da economia, embora nem sempre a siga estritamente. Até 2014 a economia apresentou crescimento, embora em desaceleração, o mercado de trabalho estava aquecido e as políticas redistributivas estruturadas. Esta conjunção de fatores positivos para as condições de vida da população ocasionou a queda do índice até seu piso histórico. Já o biênio 2015-2016 foi marcado por forte crise que impactou negativamente as dimensões e aumentou o índice de miséria. No período de 2017-2019 a economia do país apresentou baixo crescimento e o mercado de trabalho permanecia desaquecido, apesar da inflação controlada. Estas características contribuíram para uma certa estabilidade com tendência de alta para o índice de miséria.

Em 2020, com o início da pandemia no país, a ainda baixa inflação e a implantação do auxílio emergencial colaboraram para o decréscimo do índice, apesar das enormes dificuldades verificadas no mercado de trabalho brasileiro. Finalmente, em 2021, com o aumento da inflação, a queda do rendimento dos mais pobres e o crescimento da desigualdade, o índice explodiu e atingiu o valor mais alto da série. Note-se que ao atingir 0,947 chegou bem próximo do valor máximo teórico (ou seja, 1).

A forma como a pandemia foi enfrentada no Brasil resultou em graves problemas no âmbito da saúde, com um número muito elevado de internações e óbitos.¹⁰ Como principais fatos cita-se a demora do Governo Federal em disponibilizar e incentivar uma intensa campanha de vacinação, em contraposição ao discurso oficial da prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, a opção de enfrentamento à pandemia trouxe também custos à economia, pois após um tempo natural de adaptação dos agentes econômicos à situação imposta pela pandemia, a produção e o emprego demoraram a reagir. Além do comportamento errático na gestão da saúde¹¹, também medidas econômicas equivocadas foram adotadas. O descontrole inflacionário, em boa parte influenciado pela desvalorização do Real e da política de preços do petróleo e de seus derivados, como o óleo diesel e o gás, elevaram os preços básicos da economia, como os de moradia e de insumos importados para a produção, além de produtos alimentícios, que reduziram o poder de compra da população. Some-se a isso a política de drástica redução dos estoques reguladores de alimentos, que foram responsáveis pela alta de preços de itens como arroz, feijão, soja, café e trigo.¹²

Importante registrar também que, em 2021, o pagamento de Auxílio Emergencial foi descontinuado, com a extinção do benefício nos meses iniciais, entre janeiro e março, e a redução substancial de seu valor nos meses seguintes, até dezembro de 2021. Sendo assim, o conjunto das políticas públicas adotadas impactou a subida do índice de miséria ao seu nível recorde.

Os resultados do índice de miséria indicam que o crescimento do PIB em 2021 não se traduziu em melhoria das condições de vida das famílias brasileiras mais pobres. Mesmo com seu crescimento, o índice de miséria continuou a subir e atingiu, como mencionado, o valor recorde naquele ano. Ou seja, o referido crescimento não foi favorável ao conjunto das dimensões que compõe o índice: inflação, trabalho, renda dos mais pobres,

¹⁰ Em algumas semanas de março e abril de 2021 o país chegou a superar 3 mil óbitos diários (média móvel semanal) por Covid-19. O número de óbitos totais até 31/12 alcançou 619.334, sendo 422.592 ocorridos somente em 2021 (CSSEGISandData/COVID-19, 2022).

¹¹ É ilustrativo que justamente no momento mais desafiador para a saúde do país, o Governo tenha trocado por quatro vezes o comando do Ministério da Saúde, somente no período de abril de 2020 a março de 2021.

¹² Vasconcelos (2020) e Caramel (2021).

distribuição de renda e endividamento excessivo. Em outras palavras, houve crescimento do PIB, mas não houve correspondente distribuição dos recursos para a parcela mais vulnerável da população. Dessa forma, o índice de miséria, apesar de ter alguma relação com a trajetória da economia, complementa a informação da taxa de variação do PIB, trazendo novos e importantes elementos para se avaliar a dinâmica econômica e social, como, por exemplo, se houve crescimento inclusivo ou sua ausência.

Conclusões

O índice de miséria aqui apresentado ampliou a proposta original de Arthur Okun aumentando o espectro de variáveis disponíveis no país para captar a situação de bem-estar da população utilizando uma medida sintética. Através de uma técnica simples e de fácil compreensão foi possível medir a evolução da situação do país em termos de bem-estar populacional no período recente da última década.

A análise dos resultados encontrados com o índice no período 2012/2021 mostra como flutuaram as condições socioeconômicas da população e como elas pioraram, sobretudo em 2021. Se por um lado o governo Dilma apresentou os melhores resultados do período em 2014, pouco antes da forte crise que atingiu o país em meados da década, por outro, em 2016, o índice já superava o valor do início de seu governo. Ao longo do governo Temer houve estabilização com tendência de alta do índice, devido às más condições do mercado de trabalho, em parte compensadas pela redução da inflação que prosseguiu até 2019. Em 2020, com a chegada do coronavírus ao país houve pequeno declínio do índice, em virtude da criação do auxílio emergencial, programa vultoso e abrangente de transferência de renda que atingiu a população de renda mais baixa e contribuiu também para a redução da desigualdade naquele ano. Já a explosão do índice em 2021 se deve principalmente ao forte aumento inflacionário combinado com o corte temporário e posterior redução do público-alvo e do valor do auxílio emergencial.

O índice de miséria deixa claras as dificuldades enfrentadas pelo presidente Bolsonaro na tentativa de reeleição em um momento em que a sensação de bem-estar da população parece estar no nível mais baixo dos últimos dez anos. As medidas intempestivas do Governo Federal na busca pela queda da inflação a qualquer custo através da redução de impostos, e do crescimento da renda dos mais pobres via aumento de benefícios sociais, tem claro objetivo eleitoral sem maiores preocupações com a legislação do país e com as contas públicas, desembocando na “PEC Kamikaze”, aprovada a toque de caixa pelo Congresso em meados de 2022. O resultado é uma verdadeira herança maldita a ser enfrentada pelo próximo presidente qualquer que ele seja.

O pacote eleitoral provavelmente trará alívio para a população mais carente, tornando as perspectivas para o índice de miséria, até o final de 2022, relativamente favoráveis.

Sem dúvida, a inflação será reduzida com o corte do ICMS, às custas dos estados e municípios que terão menos recursos para gastos em áreas como educação e saúde. Note-se que o choque de preços dos combustíveis terá um efeito concentrado em torno do momento da aplicação de menores taxas para o imposto. Daí para a frente dependerá da evolução da cotação internacional do petróleo e da taxa de câmbio. O aumento da inflação é um problema mundial e ainda levará algum tempo para voltar à normalidade.

O mercado de trabalho, que atua diretamente sobre o índice de miséria através da taxa de subutilização da força de trabalho, apresentou melhora na primeira metade de 2022, resultando numa situação mais favorável do que em 2021. De qualquer forma, sua evolução está atrelada ao comportamento geral da economia que continua apresentando dificuldades para retomar um crescimento sustentado.

O aumento da renda dos mais pobres propiciado pelo salto do valor do Auxílio Brasil (AB), nome do novo programa de transferência de renda que veio a substituir o Bolsa Família, de R\$400 para R\$600, certamente reduzirá a taxa de pobreza. Tal redução, entretanto, será bem menor do que a obtida em 2020 com a criação do Auxílio Emergencial (AE) de R\$600. Naquela época foram beneficiadas mais de 60 milhões de pessoas, enquanto o número de famílias que receberão o novo valor do AB mal chega a 20 milhões. A redução da pobreza deve contribuir para alguma queda no indicador de desigualdade de rendimentos em 2022 que também faz parte do índice de miséria.

No caso da inadimplência das famílias, os dados têm sido bastante desfavoráveis em 2022 e provavelmente continuarão aumentando até o final do ano. A disparada das taxas de juros representa o ponto de partida para a alta inadimplência. Por outro lado, a permissão para que os beneficiários do AB possam comprometer até 40% do seu valor mensal para o pagamento das mensalidades do crédito consignado, além de aumentar o endividamento, certamente contribuirá para o crescimento da inadimplência das famílias pobres, piorando as perspectivas para 2023.

Mesmo com a provável melhora do índice de miséria em 2022 relativamente ao nível encontrado em 2021, ainda deverá ser o segundo mais elevado desde o início do período analisado. Como os efeitos da PEC recentemente aprovada, que impactam diretamente a inflação, a pobreza e a distribuição de renda, terminam no final do ano, há uma grande

incerteza sobre como evoluirá o índice de miséria a partir de 2023. Em última análise, ele estará condicionado às políticas públicas (econômicas e sociais) que serão desenvolvidas pelo próximo governo.

Referências Bibliográficas

Barro, Robert (1999). Reagan vs. Clinton: Who's The Economic Champ? Bloomberg, Fev.

Boston, Federal Reserve Bank of (2008). Understanding Inflation and the Implications for Monetary Policy: A Phillips Curve Retrospective. Federal Reserve Bank of Boston, Jun.

Brasil, Agência (2022). FMI melhora projeção para crescimento do PIB do Brasil em 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-07/fmi-melhora-projecao-para-crescimento-do-pib-do-brasil-em-2022>

Caramel, Lílian (2021). No país do agro, estoques estratégicos de alimentos viram coisa do passado. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/no-pais-do-agro-estoques-estrategicos-de-alimentos-viram-coisa-do-passado/>

CSSEGISandData/COVID-19 (2022). COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University).

ILO (2013). 19ª INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 2008. Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I. Geneva: International Labour Office - ILO.

Nessen, Ron (2008). The Brookings Institution's Arthur Okun – Father of the “Misery Index. December.

Okun, Arthur M. (1962). Potential GNP: Its measurement and significance. American Statistical Association, Proceedings of the Business and Economic Statistics Section.

Saboia, João; Hallak Neto, João; Roubaud, François (2022). Bolsonaro e o Índice de Miséria, Valor Econômico, jun.

Saboia, João; Kubrusly, Lúcia (2011). Dois Indicadores Alternativos para o Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil – Aplicação ao Período 2003/2009, Pesquisa e Planejamento Econômico.

Vasconcelos, Hygino (2020). Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm?cmpid=copiaecola>

Anexo

Neste anexo apresentamos uma versão alternativa do índice de miséria com três componentes (inflação, subutilização da força de trabalho e renda dos mais pobres). A Tabela A1 mostra os valores dos índices parciais das três dimensões utilizadas e do índice de miséria obtido. Os resultados globais são semelhantes aos da versão original discutida no artigo, com queda inicial até 2014, crescimento em seguida até 2016, certa estabilidade nos anos seguintes e disparada em 2021. O menor valor é encontrado em 2014 e o maior, em 2021.

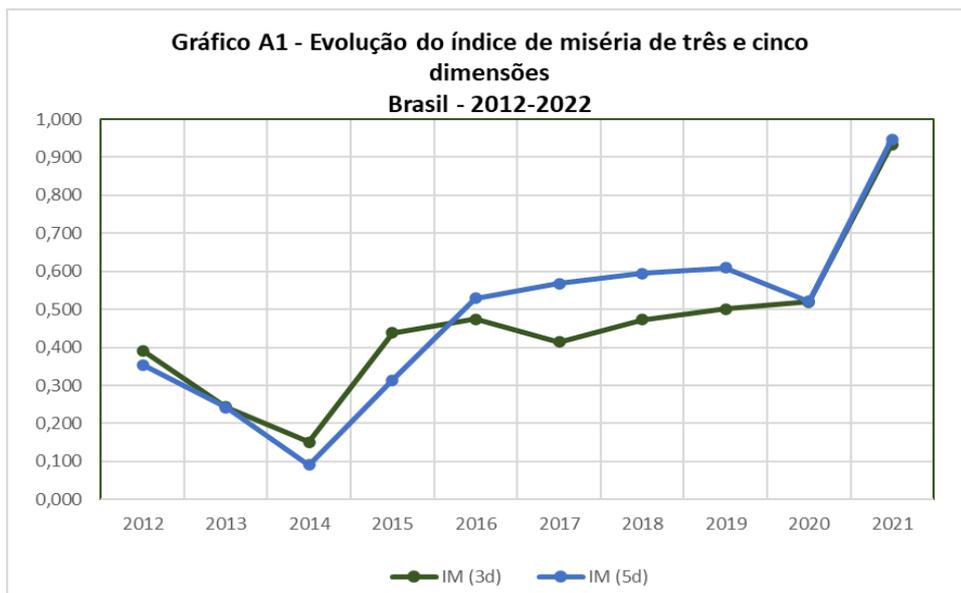
Há, entretanto, nuances nos resultados que podem ser visualizadas no Gráfico A1. A principal diferença é encontrada no período 2017/2019, com o índice de cinco dimensões apresentando resultados mais elevados. Nos dois anos finais há convergência com ambos mostrando resultados praticamente coincidentes. Assim, o valor *outlier* do índice encontrado em 2021 é mantido na segunda versão de três dimensões.

Tabela A1 – Resultados anuais do Índice de Miséria e dimensões componentes (3 dimensões)

Dimensão / Ano	Inflação	Trabalho	Renda	Índice de Miséria
2012	0,448	0,252	0,475	0,392
2013	0,379	0,102	0,248	0,243
2014	0,452	0,000	0,000	0,151
2015	1,000	0,175	0,142	0,439
2016	0,490	0,450	0,482	0,474
2017	0,000	0,668	0,574	0,414
2018	0,148	0,706	0,567	0,474
2019	0,262	0,696	0,546	0,501
2020	0,367	1,000	0,191	0,519
2021	0,878	0,924	1,000	0,934

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Resultados em verde < 0,500; resultados em vermelho > 0,500.



Fonte: Elaboração dos autores.